

V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

VIA CAMPESINA, MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: A LUTA E A RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES AO MODELO SOCIOECONÔMICO HEGEMÔNICO

AUTOR PRINCIPAL: Paula Rodrigues da Rosa

CO-AUTORES: Bárbara Jayne Budke e Chilavert Topolski

ORIENTADOR: Ana Maria Sanches

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo - UPF

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais do campo surgem da necessidade de reconhecimento dos trabalhadores rurais e da necessidade de reforma agrária (MEDEIROS, 1989). Essas demandas camponesas são urgentes no Brasil e em diversos países ainda. A Via Campesina é um movimento internacional, atuante na Ásia, África, Europa e América, e que coordena diversas organizações de pequenos e médios agricultores (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018), atualmente é constituída por 182 entidades . No Brasil, vários movimentos do campo estão ligados à Via Campesina, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Tanto o MPA quanto o MMC atuam na defesa e luta por demandas específicas de representatividade camponesa. Considerando a relevância das demandas de pequenos agricultores e das mulheres camponesas, o presente trabalho pretende discutir aspectos gerais acerca dos objetivos, lutas e história desses movimentos sociais e, também, da Via Campesina.

DESENVOLVIMENTO:

A Via Campesina foi fundada na Bélgica em 1993 por representantes dos trabalhadores do campo da América, Ásia, Europa e África como forma de contestar a expansão da globalização e do agronegócio (FEAB, 2018, p. 1). O avanço do agronegócio promove a degradação ambiental e altera o modo de vida dos camponeses. Por isso, tal



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



movimento defende diversas causas do campesinato, dentre as principais: direito à soberania alimentar, o direito à terra e ao crédito público e que as políticas agrícolas não sofram interferência ou sejam geridas por instâncias comerciais como o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio (OMC). Justificam-se tais propósitos, pois é fundamental que os povos tenham liberdade de decidir sobre a sua política agrícola e que possam vender seus produtos à sociedade por um valor justo, ao passo que estejam livres dos interesses capitalistas de organizações internacionais, para construir as bases de uma agricultura sustentável (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018, p.1).

O MPA foi fundado em 1996, visando organizar os pequenos agricultores do Brasil. Defendem a agricultura familiar e se organizam e mobilizam por melhores condições de vida no campo. Ainda, tem por objetivo produzir e fornecer alimentos saudáveis para a subsistência e consumo do povo brasileiro, preservando a identidade e a tradição camponesa (MPA, 2018). Desse modo, se apresenta como movimento de resistência ao modelo capitalista que privilegia as grandes monoculturas dos produtos para exportação e que excluem os pequenos produtores do acesso às políticas de investimentos para obtenção de melhores condições de produção (SANTOS, 2016, p. 24).

O MMC é um movimento com recorte de gênero que se iniciou nas últimas décadas do século XX no estado de Santa Catarina. Embora, suas articulações ocorram desde a década de 1980, o MMC foi, assim, denominado somente em 2003 (MMC BRASIL, 2018). O mesmo propõe “(...) a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora.” (MMC BRASIL, 2018). Este movimento, incorpora a questão de gênero, junto à busca dos direitos dos camponeses, opondo-se a exploração do homem e do capitalismo contra as mulheres. É composto por diferentes trabalhadoras do espaço rural, estando presente, hoje, em 18 unidades federativas. O MMC reconhece-se como um movimento democrático, feminista, socialista, almejando o fim da opressão contra a mulher camponesa e pela valorização de sua atividade, pela preservação das sementes e da biodiversidade. Entre as algumas conquistas do movimento podemos citar o reconhecimento do trabalho da mulher do campo e o salário maternidade para a mulher rural (MMC BRASIL, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os movimentos sociais mobilizam a luta por direitos dos trabalhadores rurais, e apontam as consequências do modelo capitalista no campo. Percebe-se a importância do MPA na valorização dos agricultores familiares em oposição ao agronegócio e do MMC na recusa aos valores patriarcais que subjugam a mulher do campo. É perceptível que representam a pluralidade da Via Campesina, ao mesmo tempo que defendem seus princípios fundamentais e demarcam demandas específicas e contradições internas.



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



REFERÊNCIAS

FEAB: FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL. Via campesina.

Disponível em: <<https://goo.gl/D9618F>> Acesso em 03/04/18.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MMC BRASIL. Movimento das Mulheres Camponesas. Disponível em
<<https://goo.gl/hJdAhT>> Acesso em 02/04/18.

MPA. Movimento dos pequenos agricultores. Disponível em: <<https://goo.gl/vQ9fqr>>
Acesso em 02/04/2018.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Cartilha. Disponível em:
<<https://goo.gl/RPzFnU>> Acesso em 03/04/18.

SANTOS, R. M. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por
soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. Revista NERA,
Presidente Prudente, ano 19, n. 31, p. 10-31, maio-ago 2016.

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa):

ANEXOS